



Plano Diretor 2010 – 2015

GRUPO GESTOR:

Ana Rita Pereira Alves
Ana Claudeise S. do Nascimento
Francisco Modesto Freitas Jr.
Helder Lima de Queiroz
Isabel Soares de Sousa
João Valsecchi do Amaral
Josivaldo Ferreira Modesto
Míriam Marmontel
Nelissa Peralta Bezerra
Selma Santos de Freitas

Arte da Capa: Andréa Pires

Projeto Gráfico e Editorial: Eliete Amador Alves

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – José Márcio Ayres
(IDSM-OS/MCT)
www.mamiraua.org.br



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ
JOSÉ MÁRCIO AYRES - IDSM-OS

Plano Diretor do IDSM-OS 2010 - 2015

Tefé - Amazonas
2010

GOVERNO DO BRASIL

PRESIDENTA DA REPUBLICA

Dilma Vana Russeff

MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

Aloizio Mercadante Oliva

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

DIRETOR GERAL

Helder Lima de Queiroz

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Selma Santos de Freitas

DIRETORA DE MANEJO DE RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Isabel Soares de Sousa

DIRETOR TÉCNICO CIENTÍFICO

João Valsecchi do Amaral

COORD. DE QUALIDADE DE VIDA

Ana Claudéise S.do Nascimento

COORD. DE GESTÃO COMUNITÁRIA

Isabel Soares de Sousa

SUB-COORD. DE FISCALIZAÇÃO

Paulo Roberto e Souza

COORD. DE MANEJO DA PESCA

Ellen Silvia Amaral

COORD. DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Elenice Assis do Nascimento

COORD. DE AGRICULTURA FAMILIAR

Bárbara T. Richers

COORD. DE ECOTURISMO

Rodrigo Zomkowski Ozório

COORD. DE PESQUISA

Nelissa Peralta Bezerra

COORD. MONITORAMENTO

João Valsecchi do Amaral

COORD. DE INFORMÁTICA

Francisco Modesto Freitas Jr.

COORD. DE OPERAÇÕES

Josivaldo Ferreira Modesto

COORD. DE RECURSOS HUMANOS

Dolly Deane Sá

COORD. DE FINANÇAS

Raiziane Cássia Freire da Silva

COORD. DE COMPRAS

Joicymara Rocha de Souza

COORD. DE CONTABILIDADE

Nizete de Lima Campelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Adalberto Luiz Val – Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Domingos Macedo – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado do Amazonas

Estevão Vicente Monteiro de Paula – Representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Ima Célia Vieira – Membro de notório saber na área das Ciências Ambientais

Lúcia Roberta Pradines Coelho – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Luiz Hildebrando Pereira da Silva – Representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Marilene Corrêa da Silva Freitas – Membro de notório saber na área das Ciências Sociais

Miriam Marmontel – Representante dos associados da Organização Social IDSJM

Paulo Roberto Souza – Representante dos funcionários do IDSJM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	9
2. MISSÃO	11
3. OBJETIVOS	13
4. VISÃO	15
5. VALORES E PRINCÍPIOS	17
6. CENÁRIOS	19
7. AMEAÇAS	27
8. OPORTUNIDADES	34
9. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	41
10. DIRETRIZES DE AÇÃO	47
11. PROJETOS ESTRUTURANTES	55
12. CONCLUSÕES	59
13. REFERÊNCIAS CITADAS	61
14. ANEXO I	65
15. ANEXO II	69
14. ANEXO III	75

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2015

II PLANO DIRETOR DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

APRESENTAÇÃO

Este Plano Diretor é o segundo elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM. O primeiro foi feito em 2006, com vigência até 2010. O presente Plano destina-se a registrar os rumos a serem percorridos pelo IDSM de 2010 a 2015. Neste documento, podem ser encontrados os principais componentes de planejamento que guiarão a gestão da instituição ao longo dos próximos 5 anos. São encontrados aqui a Missão e a Visão institucionais, os valores que as regem, e as prioridades do IDSM para o futuro próximo. Tais prioridades foram definidas em objetivos, diretrizes e projetos estruturante, eles servirão para orientar as diretorias Executivas do IDSM na sua função de gestão.

O IDSM integra, atualmente, o grupo de cinco Instituições qualificadas como “Organizações Sociais” supervisionadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Criado em 1999, seu quadro institucional vem produzindo uma grande variedade de processos, produtos e tecnologias de conservação da biodiversidade e manejo de recursos naturais fundamentados no paradigma do desenvolvimento sustentável: equidade social e sustentabilidade ambiental e econômica. Suas estratégias de conservação da biodiversidade com manejo participativo vêm contribuindo para a implementação de políticas públicas social e ambientalmente adequadas

à região, aos seus ecossistemas e às suas populações tradicionais. A pertinência e adequação desses produtos e serviços devem continuar sendo testadas e estes transferidos, por meio de programas de difusão científica e tecnológica, aos setores da sociedade interessados ou relacionados ao tema.

Para atingir seus objetivos, o IDSM assume uma identidade institucional de gerador de tecnologias de manejo para conservação da biodiversidade, pesquisando novas estratégias, buscando novas formas de gestão e integrando o conhecimento das populações tradicionais em todo o processo. Para que o IDSM possa cumprir este papel institucional, deve-se buscar a cooperação e a complementaridade das ações com as diversas instituições de pesquisa da Amazônia, temas de preocupações que são tratados neste Plano Diretor.

O objetivo deste segundo Plano Diretor é consolidar a inserção do Instituto Mamirauá no cenário da Ciência e Tecnologia da Amazônia, dando prioridade a estratégias coerentes com seu papel institucional de produtor de ciência e tecnologia para a conservação da biodiversidade e para a inclusão social das populações tradicionais.

O plano foi concebido a partir dos desenvolvimentos da implementação de sua versão anterior (2006-2010), e da discussão ampla dos membros da instituição a respeito destas questões.

Tal discussão foi consolidada pelo Grupo Gestor do IDSM, que discutiu e organizou as idéias colocadas pelos grupos temáticos, e produziu o presente volume.

Esperamos que este documento cumpra seus objetivos eficazmente.

A Diretoria

INTRODUÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM) é uma unidade de pesquisa supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e qualificada como uma Organização Social (OS). A instituição é definida como “uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades são dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”.

O Instituto Mamirauá surgiu para institucionalizar as ações e princípios da Sociedade Civil Mamirauá - SCM e do Projeto Mamirauá, que atuavam na região desde o início dos anos 1990 e que alcançaram ampla projeção nacional e internacional ao introduzir um novo paradigma de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável de populações tradicionais da Amazônia brasileira. Exatamente por causa desta projeção, por conta da importância dos temas tratados e também devido à capacidade de replicação desta experiência, tornou-se viável a ideia de que estas atividades fossem formalmente absorvidas como iniciativa governamental por meio da criação do IDSMM em 1999, e da assinatura do primeiro Contrato de Gestão com o MCT, ocorrida em março de 2001.

Desde 2001, o IDSMM é supervisionado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia por meio de um Contrato de Gestão quinquenal, que estabelece uma série de atividades, metas e indicadores a serem cumpridos pelo IDSMM e avaliados semestralmente pelo MCT. As atividades do Instituto se desenvolvem especialmente em duas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSMM); e a

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), ambas próximas à cidade de Tefé (AM), e que perfazem 3.474.000 hectares de florestas alagáveis (várzea e igapó) e florestas de terra firme. Cada uma destas reservas, e sua população tradicional, têm participado das ações que visam à conservação da biodiversidade, proteção de espécies ameaçadas, uso sustentado dos recursos naturais locais e desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas. Estas ações se dão por intermédio de um processo participativo, com o envolvimento da população local nos diferentes estágios do manejo das áreas e de seus recursos. O IDSM tem por objetivo não apenas promover a conservação das reservas Mamirauá e Amanã por meio do uso participativo e sustentado dos recursos naturais, mas também produzir conhecimento e tecnologias para subsidiar a gestão ambiental participativa com base científica e a exploração sustentável dos recursos naturais da Amazônia, replicando suas boas experiências para outras áreas amazônicas, oficialmente protegidas ou não.

Frente a essas novas demandas da sociedade, o IDSM tem o papel de conhecer a biodiversidade, propor estratégias de manejo que sejam sustentáveis e participativas e difundí-las para contribuir com a implementação de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que cumpra seu papel dentre os protagonistas do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

MISSÃO

A missão do IDSM é:

“ Promover pesquisa científica para a conservação da biodiversidade através de manejo participativo e sustentável dos recursos naturais na *Amazônia*”.

OBJETIVOS

- I. Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- II. Desenvolver, incentivar, executar e/ou financiar projetos de conservação das florestas amazônicas, especialmente as florestas inundáveis por meio do manejo dos recursos naturais;
- III. Promover o desenvolvimento sustentável das áreas-foco das atividades, em articulação com a população e instituições locais nas áreas de atuação do IDSM;
- IV. Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, e por meio de investimento e produção, para o cumprimento da missão;
- V. Proporcionar a formação científica e tecnológica de recursos humanos nas áreas de sua competência e afins;
- VI. Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, cujo objetivo seja a conservação ou preservação da Região Amazônica;
- VII. Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais da Amazônia;
- VIII. Realizar e executar projetos próprios ou de terceiros, realizando eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados à conservação e preservação do meio ambiente Amazônico;

IX. Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias no âmbito de sua missão, em associação com centros de pesquisa e/ou entidades nacionais e estrangeiras;

X. Desenvolver metodologias de monitoramento para avaliar a efetividade das ações de manejo para a conservação da biodiversidade.

VISÃO

“Ser um instituto de referência nacional e internacional em desenvolvimento sustentável para a conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida da população amazônica, com suas estruturas físicas, financeiras e de pessoal consolidadas”.

VALORES e PRINCÍPIOS

No desempenho de sua missão institucional de promover e pesquisar para a conservação da biodiversidade com manejo participativo e sustentável dos recursos naturais na Amazônia, o IDSMM deve seguir os valores e princípios básicos que fundamentaram sua criação.

As suas estratégias e ações devem estar baseadas no paradigma do desenvolvimento sustentável, que “atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades” (ONU, 1988) e que prioriza a distribuição de renda e diminuição da desigualdade nos padrões de vida; privilegia a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos; não compromete a reprodução dos ecossistemas e valoriza as diversas formas de relação entre o homem e a natureza (SACHS, 1993).

Os membros do Instituto Mamirauá devem cumprir suas atividades seguindo os valores institucionais de ética, cooperação, respeito, responsabilidade, competência, ousadia e seriedade.

Os princípios norteadores de suas linhas de ação são:

- Equidade e justiça social na divisão dos benefícios gerados pelo uso da biodiversidade
- Compromisso social e promoção da ciência e tecnologia como meios de desenvolvimento
- Dinamismo e responsabilidade no cumprimento das atividades

CENÁRIOS

AMBIENTE EXTERNO

O diagnóstico institucional realizado inclui uma análise do ambiente externo à instituição, ou seja, o contexto que representa o conjunto de interesses e influências que os atores sociais exercem sobre a mesma, bem como os eventos futuros que podem configurar-se em ameaças ou oportunidades. O contexto organizacional onde o IDSM se encontra inserido foi analisado com o objetivo de visualizar que possíveis direcionamentos a instituição poderia tomar, frente às expectativas dos atores sociais e às mudanças no cenário técnico-científico, ambiental e sócio-político da Amazônia.

Os principais atores sociais que têm demandas sobre os produtos e processos desenvolvidos pelo IDSM, e/ou influências sobre o desempenho institucional, foram levados em consideração. Na análise do ambiente externo foram consideradas as dimensões ambiental, social, política, econômica e tecnológica.

Dimensão Ambiental

A Amazônia é o maior dos blocos remanescentes de florestas tropicais do planeta, e abriga a maior diversidade biológica por bioma conhecida. Estes superlativos são amplamente

conhecidos por toda a sociedade, embora suas implicações ainda sejam de conhecimento restrito. Considerando-se a dependência da espécie humana em relação aos recursos naturais, um bioma megadiverso é, antes de qualquer coisa, um potencial depositário de soluções para os grandes problemas que a humanidade enfrenta e ainda vai enfrentar ao longo dos próximos séculos. Além disso, sabe-se que mais de 20% de toda a água potável disponível na Terra está contida nesta região. Considerando esta importância estratégica, de depositário de dois dos mais importantes recursos para a humanidade no corrente século, a biodiversidade e a água, a Amazônia assume uma dimensão nova para a própria sobrevivência dos humanos no planeta. Entretanto, o bioma enfrenta desafios sérios antes que possa cumprir um papel tão relevante para os humanos, e as ameaças que pairam sobre ele são igualmente superlativas.

As taxas de desmatamento estão crescendo anualmente e não estão associadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população local, pois é justamente dentre os municípios que mais desmatam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) encontra-se mais aquém das médias brasileiras (GPTIRIDAL, 2004).

O desmatamento de áreas florestadas no Estado do Amazonas, embora tenha representado apenas 4% da área total desmatada na região Amazônica em 2004, está aos poucos aumentando devido às pressões do setor agropecuário, que marcha rumo às novas áreas para os pastos. A soja vem se expandindo rapidamente no cerrado, pressionando a expansão da fronteira agrícola para as regiões de florestas.

Embora o desmatamento seja amplamente considerado um dos mais crônicos problemas que afligem a Amazônia, a alteração do habitat natural, a lenta transformação de seus ambientes, e a degradação de sua estrutura natural, pelo mal uso que fazem os homens

dos recursos a eles disponíveis, são os grandes causadores da diminuição da riqueza de espécies amazônicas, e das ameaças concretas que pairam sobre a maior biodiversidade do planeta.

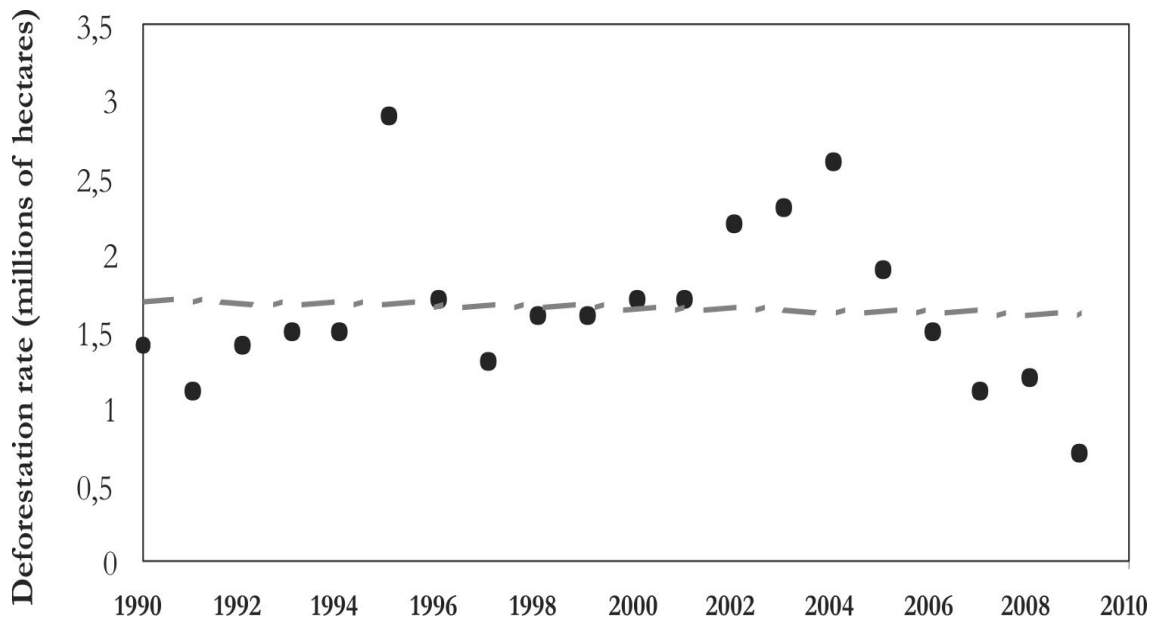


Figura 1 – Área desmatada na Amazônia Brasileira nos últimos 20 anos. Fonte: INPE, 2010.

É necessário criar estratégias de conservação da biodiversidade e de seu patrimônio genético. Além disso, deve-se conhecer os remanescentes dos vários habitats existentes na Amazônia, de forma a desenvolver uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável da sua diversidade biológica, considerando o modo de vida das populações locais.

Devem ser desenvolvidos novos modelos de manejo sustentável de recursos naturais que poderão substituir no futuro o modelo de desenvolvimento econômico baseado na expansão da fronteira agrícola, no desmatamento, na exploração insustentável de alguns recursos naturais e na subutilização da floresta e de seus recursos.

Dimensão Social

A população da Amazônia Legal aumentou de 21 milhões em 2000 para 24 milhões e oitocentos mil habitantes em 2010, representando 13,39% da população brasileira. A densidade demográfica encontra-se ainda em torno de 4 indivíduos por quilômetro quadrado, ou quase seis vezes menor que a densidade populacional do Brasil (IBGE, 2010).

Tendo em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio dos estados da região Amazônica em 2010, de 0,758, em comparação com o IDH do Brasil de 0,699 para o mesmo ano, vê-se que a qualidade de vida dos habitantes da região é superior à média nacional. Apesar disto, uma análise recente (VICÁRIA, 2005) indicou que aqueles municípios submetidos a grandes regimes de transformação da cobertura vegetal, e em que as formas de uso do solo foram transformadas para a exploração madeireira, a grande monocultura e a pecuária apresentaram um IDH inferior em mais de 10% daquele índice nacional. Este estudo sugere que as práticas de transformação da cobertura vegetal e de brusca transformação dos modos de uso do solo não são capazes de trazer melhores condições de vida para a população humana do local.

De qualquer forma, deve-se destacar que não pode ser estabelecida uma relação direta entre desenvolvimento econômico, a evolução do IDH, e outras formas de avaliação da qualidade da vida humana nas áreas estudadas. Mesmo que não existam diferenças significativas entre o IDH e os índices de desenvolvimento econômico de áreas submetidas a desmatamento e de outras áreas sob distintas formas de manejo na região, outros indicadores da qualidade de vida humana podem sugerir ou demonstrar a sua degradação em decorrência do uso inadequado da floresta, ou da sua remoção. Os indicadores ressaltam a urgente necessidade de implementar um novo modelo de desenvolvimento sustentável na região que possa integrar o crescimento econômico sustentável e acompanhado de melhores níveis de vida para a população.

Dimensão Política

A história recente da Amazônia foi dominada pela modernização e integração à economia nacional, em meio à desorganização do espaço e às fortes pressões da ação do homem sobre os ecossistemas. O modelo de expansão e modernização da economia da Amazônia, somado à expansão populacional e às formas predatórias de utilização dos recursos naturais, mantém uma forte pressão antrópica sobre os ecossistemas da Região Amazônica. A degradação dos recursos naturais, especialmente da floresta tropical e da sua biodiversidade, continua intensa mesmo na fase mais recente de esgotamento da fronteira de expansão e baixo crescimento econômico, ameaçando a riqueza dos seus ecossistemas.

Deve-se continuar garantindo o envolvimento e a participação dos atores da sociedade civil organizada e dos poderes públicos em nível municipal e estadual nos processos de planejamento e execução das políticas públicas regionais. Quaisquer ações voltadas para o desenvolvimento regional e para a formulação de políticas públicas em quaisquer níveis administrativos devem manter os princípios de envolvimento e participação desenvolvidos nos últimos anos.

Dimensão Econômica

Embora nos últimos anos tenha ocorrido uma pequena expansão da economia da Amazônia, esta não se traduziu na melhoria das condições de vida de sua população. Ainda que o Produto Interno Bruto da região tenha crescido modestamente nos últimos anos, o rendimento médio regional é mais baixo do que a média nacional, embora a proporção média de pessoas que trabalham por família seja similar (SUDAM/PNUD, 2001).

O modelo desenvolvimentista adotado pela região a partir dos anos 70 do século passado teve como um dos grandes pilares a constituição de uma zona de livre comércio em Manaus (Zona Franca de Manaus – ZFM), como forma de incentivar a industrialização local, geração de um pólo de desenvolvimento por meio de emprego e renda. Baseado em instrumentos fiscais como a renúncia ou os incentivos tributários, a ZFM logrou transformar o perfil econômico e social da capital do Estado, e centralizou as principais iniciativas empresariais da região do Estado do Amazonas. Este é, provavelmente, um dos principais fatores que tornaram este Estado um dos menos desmatados da Região Norte, e

com melhores índices de integridade ambiental. Apesar disso, o modelo sempre foi alvo de críticas, por conta da centralização dos investimentos, pelas dificuldades em distribuir a renda mais equitativamente, pela concentração de benefícios para empresas externas à Região, e pelas dificuldades em interiorizar o desenvolvimento econômico.

Dimensão Tecnológica

Mudanças tecnológicas e institucionais no quadro da economia mundial hierarquizada, além de concorrência e especialização cada vez mais intensas, estão dando origem a um novo paradigma baseado em sistemas de inovação e difusão de tecnologias. Períodos de transição tecnológica, com a emergência de novos paradigmas, são também períodos de oportunidades para empresas, regiões e países (ALBUQUERQUE, 1996 e 1998). É importante, portanto, pensar como a Amazônia pode aproveitar-se das mudanças que ocorrem na economia internacional para desenvolver sua própria estratégia de desenvolvimento. Os novos padrões tecnológicos caracterizam-se por ter a informação e o conhecimento como principais insumos e propõem desenvolvimento a partir da conservação da biodiversidade e da valorização da floresta em pé.

Este novo modelo de desenvolvimento favorece o aproveitamento intensivo da biodiversidade e a sua informação química e genética – seja tecnológico, seja na forma de serviços ambientais – o que pode trazer grandes transformações para os países detentores desta diversidade (WEIGEL, 2001). As CT&I têm papel fundamental na criação de produtos e processos que promovam o desenvolvimento regional à luz dos novos padrões tecnológicos.

A ocupação da Amazônia, a utilização racional dos recursos naturais, os usos do solo e da biota amazônica, só podem acontecer, de forma satisfatória, se estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico forem promovidas, e especialmente desenhadas para a compreensão dos fenômenos naturais e o papel do homem nesses sistemas (MCT, 2001). É necessário rever e integrar as ações e políticas de C&T para que as instituições de pesquisa da Amazônia estejam preparadas para seu novo papel na produção de conhecimento face aos novos padrões tecnológicos do século XXI.

AMEAÇAS

Como produto da análise do ambiente externo descrito acima, as principais ameaças à atuação do IDSM e ao atingimento e realização de sua missão foram listadas, e fatores críticos que se constituem limitantes ao desempenho institucional foram também identificados. São eles:

Legislação Incongruente.

Um destes fatores limitantes ao desempenho institucional se refere à legislação federal, que muitas vezes é incoerente com a realidade local. Esta incoerência não se limita às Leis Ambientais, mas também à Legislação referente à Gestão Pública. Como exemplo, pode-se citar o Decreto nº 5504/2005 e a Portaria nº 543/2005, cujos princípios são conflitantes com os da modernização da gestão pública, que resultaram na criação das Organizações Sociais em 1999 (Lei n.9637/99). Os conflitos observados entre estes instrumentos e a Lei 8.666, quando dispõe sobre gestão de recursos públicos, terminam representando entraves para o bom funcionamento das Organizações Sociais.

As Organizações Sociais são “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”. Esta categoria

institucional foi criada com a premissa da desburocratização e descentralização do Estado, legando maiores poderes à sociedade civil. Para que possa realmente funcionar como uma instituição flexível, descentralizada e desburocratizada, que permita o uso eficaz e eficiente dos recursos humanos e financeiros repassados pelo Estado, as OS devem continuar impregnadas destes preceitos, mesmo quando se observam os conflitos com os demais instrumentos normativos existentes.

A legislação sócioambiental e de manejo de recursos, quando inadequados, também podem representar uma ameaça às atividades do IDSM, especialmente quando regulamentam o uso dos recursos baseando-se em dados que não são adaptados à realidade sócioambiental da Amazônia. Por isso, o IDSM deve atuar no sentido de influenciar ainda mais a formulação de legislação concernente ao manejo de recursos naturais, e na gestão das áreas protegidas como uma forma de adaptar os princípios legais à realidade amazônica.

Aumento desordenado da população da área das reservas e dos municípios de entorno e, conseqüentemente, aumento da pressão não sustentável sobre recursos.

Embora a população das áreas rurais tenha decrescido na região amazônica como um todo (cerca de -2,8% no período de 1996 a 2000) (SUDAM/PNUD, 2001), na região da Reserva Mamirauá, existem indícios de crescimento populacional e migrações de retorno,

provavelmente devido às ações voltadas para o manejo dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida da população, realizadas pelo IDSM. Tais ações podem atrair a população para a área e deste modo aumentar a pressão sobre estes recursos, ao invés de diminuí-la. Políticas de ocupação e ações educativas para o planejamento familiar devem ser amplamente discutidas, formalizadas e implementadas, visando reduzir o grande impacto que estas altas taxas de crescimento populacional possam exercer sobre os ambientes naturais a partir dos próximos anos.

Aumento da sobreposição de Terras Indígenas com as UC's co-geridas pelo IDSM.

A quantidade de Terras Indígenas tem aumentado nos últimos dez anos, muitas vezes significando a sobreposição destas áreas com outras unidades territoriais de gestão pública ou de manejo especial, como as Unidades de Conservação. Como este é um processo recente, ainda não existem medidas que normatizem o uso do território em áreas de sobreposição (Ricardo, 2004). As consequências deste processo ainda são desconhecidas, mas é necessário elaborar estratégias que favoreçam uma gestão adequada destes territórios de importância biológica e cultural. Assim sendo, a convivência pacífica entre diferentes modelos de gestão e manejo territorial só será possível se as condicionantes culturais e biológicas que motivaram tais categorias de manejo forem atendidas. Portanto, a sobreposição destes territórios deve sempre ser pautada pelos princípios do uso adequado e sustentável da biodiversidade.

Mudanças no cenário político (governamental e não-governamental) e outros conflitos institucionais.

A instituição deve assumir uma identidade institucional que seja harmônica com as diversas instituições que atuam no mesmo contexto da conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Além disso, os laços com as instituições da mesma natureza devem ser estreitados, para que estas possam conhecer os objetivos e resultados do Instituto Mamirauá. Alianças estratégicas devem ser estabelecidas para que o IDSM possa continuar desempenhando seu papel institucional de promotor de tecnologias e processos de manejo de recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Entretanto, a afirmação da identidade institucional de Mamirauá não deve ser relegada a um segundo plano. Desse modo, ações afirmativas podem auxiliar na resolução de situações institucionais pela simples definição clara de papéis e atribuições institucionais.

Impossibilidade de co-gestão das Unidades de Conservação Mamirauá e Amanã.

A continuidade de seu papel de co-gestor das Reservas Mamirauá e Amanã é muito importante para que o Instituto Mamirauá possa desempenhar seu papel institucional

de gerador de produtos, processos e tecnologias de conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. As áreas protegidas são, na realidade, uma forma de laboratório onde estratégias podem ser elaboradas, testadas, implementadas e monitoradas. A interrupção da co-gestão trará a impossibilidade de gerar experiências alternativas para a gestão de áreas protegidas na Amazônia brasileira.

Interrupção do Contrato de Gestão com MCT.

A renovação continuada dos Contratos de Gestão deve ser garantida como principal modo de consolidação do instituto. Todos os esforços devem ser envidados para garantir que a missão institucional seja alcançada dentro dos parâmetros contratuais.

As ações do IDSM deverão sempre estar em acordo com as metas pactuadas com a Comissão de Avaliação do MCT. É fundamental que os princípios que norteiam essa avaliação sejam mantidos, possibilitando um comprometimento mútuo entre o MCT e o IDSM.

Mudanças Climáticas Globais e a Incerteza Sobre seus Impactos no Sequestro e Fixação de Carbono, na Produtividade Primária das Florestas Alagadas e no Recrutamento e Sobrevivência da Fauna de Várzea.

Os modelos climatológicos já disponíveis, com maior ou menor grau de confiabilidade, sugerem diferentes tendências de mudanças ambientais na Amazônia ao longo das próximas décadas em decorrência das grandes transformações climáticas que vivencia o Planeta. O relatório mais recente do IPCC (2007) já indica tais tendências, que foram acolhidas pelo SNCT&I, pelo próprio MCT e suas unidades de pesquisas associadas ao tema da climatologia e meteorologia.

Segundo estes modelos, pelo menos duas grandes áreas da Amazônia sofrerão diferentes tipos de mudanças ambientais de maior porte. A maior parte da Amazônia oriental provavelmente testemunhará um aumento das temperaturas médias e máximas, com aumento dos dias de seca, redução das chuvas e aumento das ondas de calor. Esta configuração climática regional poderá desenvolver transformações preocupantes na cobertura da vegetação, no porte da floresta, e mesmo na possível savanização da área (retração da floresta úmida e expansão de formações vegetais abertas, como o Cerrado).

Por outro lado, a porção mais ocidental e a noroeste da Amazônia provavelmente sofrerá com o aumento das chuvas em geral, especialmente dos eventos extremos de chuvas (tempestades, tormentas, e grandes trombas d'água). Os efeitos sobre a dinâmica hidrológica desta porção da Amazônia ainda são incertos.

Embora exista grande influência do regime pluviométrico local e regional na definição dos níveis de água dos rios, canais e lagos da região, ainda é incerto o impacto das alterações pluviométricas sobre o pulso de alagamento que caracteriza a dinâmica biológica de boa parte da Amazônia. Há a possibilidade de este pulso sofrer alterações em sua amplitude e frequência. Em regiões de reduzida pluviosidade, o pulso pode mostrar-se menos intenso (enchentes mais amenas) ou mais espaçado (secas prolongadas). Em regiões de pluviosidade aumentada, as enchentes podem ser mais altas, e as cheias mais prolongadas. No primeiro cenário, pode inclusive haver redução da área total sob alagamento nas regiões dominadas pela várzea.

Atualmente nenhum dos modelos indica o que irá acontecer com a produtividade primária das florestas alagadas e não-alagadas sob estes novos regimes hídricos. Apesar das suas enormes implicações regionais, ainda não é conhecida a reação da produtividade primária à redução ou ao aumento do regime pluviométrico, e à possível elevação ou rebaixamento das cotas de alagamento, no caso das florestas alagadas.

Os grupos animais respondem diferentemente às alterações do regime hidrológico quando comparados aos grupos vegetais. Os animais aquáticos ou terrestres podem responder tanto pela alteração de seus padrões reprodutivos (o que afeta profundamente o recrutamento populacional da maioria das espécies) quanto pela alteração nas suas taxas de sobrevivência. Sendo assim, uma sensível alteração nos números populacionais pode ocorrer em consequência das mudanças do padrão de pluviosidade e regime hidrológico.

OPORTUNIDADES

O IDSM analisou as mudanças do contexto institucional e elencou aquelas que podem se tornar oportunidades de atuação para o IDSM.

Sustentabilidade das finanças do IDSM.

Buscando a sustentabilidade financeira no longo prazo, e visando maximizar o atingimento de suas metas, o Instituto Mamirauá vê que o cuidadoso planejamento financeiro é fundamental para a manutenção da instituição.

A implementação do Plano de Negócios do IDSM é uma boa oportunidade para a instituição avaliar o cumprimento deste objetivo, de forma eficaz e eficiente. Por outro lado, um esforço continuado no sentido de aumentar o valor do contrato de gestão com o MCT pode garantir a cobertura das necessidades institucionais mínimas, como pessoal e manutenção básicos.

Parcerias institucionais para a inclusão digital, comunicação popular, saúde comunitária, popularização da ciência, arte-educação e infraestrutura nas comunidades locais.

A formalização de parcerias com instituições governamentais e outras não-governamentais que possibilitem a integração de ações que promovam a ampliação de conhecimentos e a redução das vulnerabilidades sociais, constitui-se em oportunidades essenciais para assegurar a sustentabilidade dos investimentos. Tais parcerias são também cruciais para a agregação de capacidades e excelências que não se encontram no âmbito institucional, mas que são necessários para a realização da missão de Mamirauá.

Expansão dos Programas de Manejo de Recursos.

Os programas de manejo de recursos são o ponto forte do Instituto Mamirauá. Estes programas devem ser consolidados e outros meios de uso sustentável da biodiversidade devem ser testados e difundidos. Novas possibilidades se assomam, dentro do âmbito do manejo de recursos florestais não-madeireiros, manejo de novos recursos pesqueiros e o importante manejo adaptativo da fauna cinegética.

Parcerias institucionais para aplicação/uso de tecnologia de ponta para investigação ambiental, bioprospecção e análises preditivas, inclusive de serviço de informação pública sobre a dinâmica hidrológica.

Oportunidades de uso de tecnologia avançada, inerente a capacidades típicas de outras instituições, devem ser aproveitadas para otimizar a atuação do Instituto Mamirauá.

Isto significa que deve ser explorada a complementaridade de competências das instituições atuando nestas áreas, em um movimento de consolidação intra-regional de parcerias estratégicas.

Baseado no monitoramento de médio prazo do IDSM para a região, o IDSM e instituições colaboradoras deverão disponibilizar nos *sites* um sistema de fácil acesso que possibilite à população, em geral, acompanhar o ciclo das águas e adquirir as previsões sobre o ciclo hidrológico, as cotas de alagamento e as secas regionais. Este serviço público é de grande interesse para a qualidade de vida na região, e um potencial elo de ligação com as administrações públicas locais e regionais.

Integração dos subsistemas de monitoramentos existentes.

A implementação e manutenção do Sistema de Monitoramento Integrado do IDSM são importantes, pois por meio desse sistema será possível o acompanhamento dos resultados

obtidos na conservação da biodiversidade das várzeas e florestas de terra firme das Reservas. Também permitirá que os executores acompanhem o cumprimento das normas de manejo pelos atores sociais envolvidos e que saibam em que medida estas normas estão sendo realmente eficazes na proteção dos recursos naturais locais. Poderá, ainda, demonstrar a evolução da qualidade de vida das populações usuárias das Reservas em questão.

Implantação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Os desdobramentos da Convenção da Diversidade Biológica, da Convenção das Mudanças Climáticas e o Protocolo de Kyoto levaram ao desenvolvimento de tecnologias e processos mais adaptados à promoção de desenvolvimento socioeconômico associado ao baixo impacto ambiental ou voltados à restauração ou recomposição de parâmetros ambientais. Incentivos às formas alternativas de geração de energia ou ao sequestro de carbono são exemplos respectivos. O IDSM deve investigar todas as possibilidades de aplicação destas técnicas ou processos nas áreas sob sua co-gestão ou mesmo nos municípios do Médio Solimões com os quais já desenvolve alguma relação, sempre com o intuito de executar experimentos-piloto para análise de seus aspectos ambiental, sócio-político, econômico e técnico-científico.

Adesão às normas e uso das técnicas de manejo.

A extensão da concordância e obediência das comunidades usuárias às normas de manejo científico participativo das reservas, aprovadas pelas lideranças comunitárias envolvidas, deve ser sempre uma das grandes prioridades ou preocupações institucionais. A recente implementação do Conselho Gestor deliberativo da RDSM deve ser acompanhado com interesse por definir uma nova modalidade de representatividade e manejo participativo em uma categoria de Unidades de Conservação ainda com muito poucas experiências de gestão.

Capacidade de influenciar na elaboração de legislação (Conselhos Deliberativos, manejo e uso de recursos, proteção à fauna, espécies ameaçadas e Unidades de Conservação).

O grupo de pesquisadores atuante no IDSM trabalha na região do Médio Solimões há cerca de 19 anos. Suas pesquisas resultaram em produtos e processos de manejo de recursos naturais adequados aos ecossistemas regionais. O Instituto deve contribuir utilizando os dados produzidos para influenciar a formulação de legislação ambiental que seja apropriada aos ecossistemas e à realidade sócioambiental local. A contribuição do IDSM deve ser colocada às autoridades ambientais dos diferentes níveis administrativos (Federal, Estaduais,

Municipais), sempre visando à construção de parcerias institucionais que fortaleçam as posições e princípios estabelecidos pela missão e pelos objetivos do Instituto Mamirauá.

Incremento do Nível de Articulação Com os Municípios da Região das Áreas Protegidas

Com o aumento do envolvimento de organizações urbanas representativas de segmentos ligados ao extrativismo nas atividades de manejo sustentável de recursos naturais na RDSM e na RDSA, surge uma oportunidade quase inédita de aumentar os níveis de articulação entre os atores envolvidos nas ações naquelas reservas e os atores mais relevantes da formação de opinião e dos processos de tomada de decisão no nível local.

Seguindo os princípios divulgados pela IUCN no início do século XXI, que descrevem a importância da extensão de benefícios das áreas protegidas para além de seus limites geográficos na conquista de apoio junto à sociedade, reconhecemos hoje a grande necessidade de que os municípios no entorno das áreas protegidas apoiem o funcionamento das áreas protegidas em seu território municipal.

As vantagens decorrentes desta maior articulação se refletem em diferentes níveis além das organizações para produção de itens extrativos. Podem ser citados os problemas relacionados aos ilícitos associados a invasões externas, a valorização dos serviços ambientais realizados no interior das áreas protegidas, e a melhoria da qualidade de vida dos moradores que estão localizados no interior daquelas áreas.

A necessidade de maior articulação com os principais municípios das regiões do Médio Solimões e do Médio Negro, encontrados no entorno das RDSM e RDSA, é mais visível neste momento, quando já são identificados segmentos urbanos destes municípios que interagem diretamente, com impactos positivos e negativos, no território destas áreas protegidas. A própria existência de uma organização municipal, como o IDS Fonte Boa, com a missão precípua de fomentar desenvolvimento em territórios localizados no interior de área protegida, já demonstra a necessidade de articulação dos diferentes atores que compõem o Conselho Deliberativo da unidade de conservação, e a sincronia de atividades que são fomentadas em seu interior.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivo Estratégico I:

Objetivos Estratégicos Nacionais

Subeixo: Amazônia

1. Desenvolver pesquisas básicas, aplicadas ou tecnológicas sobre o uso sustentável dos recursos naturais e gestão ambiental

Meta 1: Elaborar e executar anualmente uma agenda científica em concordância com a visão estratégica de desenvolvimento institucional no domínio das pesquisas científicas.

Submeta 1: Buscar, entre 2011 e 2015, meios e arremeter recursos anualmente, para executar as agendas científicas anuais.

Meta 2: Ampliar em 50%, ao longo dos próximos três anos, o quadro de pesquisadores com pós-graduação

Meta 3: Implantar, até 2015, cursos de pós-graduação do IDSM em associação à UEA (Universidade Estadual do Amazonas) nas áreas de biologia da conservação e desenvolvimento social e sustentabilidade.

Submeta 1: Elaborar e submeter para a CAPES, até 2014, uma proposta conjunta IDSM-UEA para um programa de pós-graduação.

2. Expandir os programas de manejo e bases de apoio

Meta 1: Até 2015 expandir espacialmente os programas de manejo para pelo menos uma comunidade em cada setor da Área Subsidiária de Mamirauá e para toda a área focal da Reserva Amanã.

Meta 2: Expandir até 2015 o número de bases de campo nas proximidades da cidade de Fonte Boa e Maraã.

3. Estabelecer parcerias institucionais com uso de tecnologia de ponta para bioprospecção e análises preditivas

Meta 1: Implementar, até o fim de 2012, política de parcerias para bioprospecção

4. Implantar serviço de informação pública sobre modelos de dinâmica hidrológica e cotas de inundação sazonal do Médio Solimões

Meta 1: Implementar serviço de informação preditiva de cotas de alagamento e seca no IDSM voltado ao público em geral e às autoridades de defesa civil em particular.

Submeta 1: Concluir, em 2012, os parâmetros técnicos preditivos para o serviço.

Submeta 2: Construir e disponibilizar ao público, até 2013, o serviço de informação preditiva sobre as cotas de inundação sazonal.

5. Integrar os subsistemas de monitoramento da biodiversidade

Meta 1: Criar uma linha de ação de gestão da informação dentro da Coordenadoria de Monitoramento.

Submeta 1: Formar e capacitar 5 novos técnicos para gestão da informação em bancos de dados entre 2011 a 2015.

Submeta 2: Criar formas de acesso compartilhado aos bancos de dados e de espacialização da informação, em parceria com a coordenação de informática até 2012.

Objetivo Estratégico II:

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social.

Subeixo: Tecnologias Apropriadas / Tecnologias Sociais

1. Disseminar estratégias e tecnologias de conservação da biodiversidade e inclusão social

Meta 1: Promover a capacitação para o Manejo de Recursos Naturais na Amazônia a partir de 2011.

Submeta 1: Criar ou realizar dois cursos por ano sobre manejo de recursos naturais a partir de 2011.

2. Desenvolver, adaptar e consolidar as ações de elaboração e implementação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Meta 1: Promover e disseminar modelos de uso responsável do solo, minimizando a atual perda da cobertura vegetal e aumentando a capacidade de captura de carbono, nas Reservas e nas suas imediações até 2015.

Meta 2: Implantar, até 2015, pelo menos 4 sistemas-piloto de uso de energias renováveis em comunidades dos setores das reservas.

Subeixo: Difusão e Popularização da Ciência

3. Promover produção do conhecimento subsidiário ao desenvolvimento sustentável local.

Meta 1: Estabelecer parcerias, até 2015, com instituições locais da sociedade civil e poder público para a discussão e implementação de políticas públicas de competência do Estado para promover a melhoria das condições de vida locais.

Meta 2: Propor e promover, até 2015, a implementação de um fórum permanente para a cooperação com os órgãos de gestão dos territórios indígenas sobrepostos às reservas para garantir o funcionamento harmônico de suas finalidades precípuas.

Meta 3: Propor e promover, em 2015, junto ao poder público, a criação de um grupo de trabalho para consolidação e promoção do desenvolvimento regional, através de parcerias com atores locais e com maior fluxo de informações, capacitação e assessoria técnica.

Meta 4: Promover e propor, até 2015, a atuação de pesquisadores e técnicos do IDSM em suas diversas áreas de excelências nos conselhos, comitês e câmaras técnicas locais, criados pelo poder público e outras esferas de organização e administração.

4. Promover disseminação e difusão do conhecimento subsidiário ao desenvolvimento sustentável local

Meta 1: Aumentar, até 2015, a amplitude de atuação em desenvolvimento local para áreas fora das Reservas Mamirauá e Amanã, inclusive fora do Estado.

Meta 2: Promover, a partir de 2011, seis eventos locais de educação para ciência e técnico-científicos por ano.

5. Expandir as ações de educação ambiental

Meta 1: Expandir, até 2015, as ações de educação ambiental para novos setores das Reservas Mamirauá e Amanã.

Meta 2: Capacitar, regularmente, professores das escolas rurais das reservas para o desenvolvimento de práticas de educação ambiental.

Meta 3: Produzir, regularmente, material educativo e arte-educativo com base nos resultados do manejo sustentado dos recursos, para uso nas escolas urbanas das áreas de entorno e nas escolas rurais localizadas nas reservas.

DIRETRIZES DE AÇÃO

Para o cumprimento de seus objetivos e metas o IDSM atuará com base em diretrizes estratégicas que priorizam a implementação de pesquisas e instalação de infraestrutura, de recursos humanos, de recursos financeiros e de gestão organizacional apropriados.

Diretrizes Operacionais: Pesquisa e Desenvolvimento

Diretriz 1. Fortalecimento dos grupos de pesquisas do IDSM.

Meta 1: Expandir até 2015, o número de instituições de ensino e pesquisa associadas aos grupos de pesquisa do IDSM.

Meta 2: Promover até 2015 a criação de laboratórios de histologia, de histoquímica, qualidade da água e de medicina da conservação.

Diretriz 2. Ampliação da produção científica institucional.

Meta 1: Integrar, até 2015, os Programas de Monitoramento do IDSM, com divulgação ampla dos dados no sítio do IDSM na internet.

Meta 2: Automatizar até 2012, acervos científicos e didáticos do IDS M.

Meta 3: Aumentar a abrangência da indexação da Revista Uakari até 2013.

Meta 4: Realizar 06 eventos científicos por ano.

Meta 5: Empossar, em 2011, o Conselho Editorial e oficializar a política editorial institucional.

Meta 6: Realizar, a partir de 2011, ao menos uma reunião anual do CTC.

Meta 7: Produzir kits de material didático e técnico-científico sobre o manejo sustentável de recursos naturais a partir de 2011.

Meta 8: Incrementar em 25%, a partir de 2011, o número de publicações dos membros do IDS M em periódicos científicos indexados.

Diretrizes Administrativo-Financeiras

Recursos Humanos

Diretriz 1: Aperfeiçoar Política de Gestão de Pessoal.

Meta 1: Aperfeiçoar, até 2015, uma política de gestão de pessoal visando a valorização, a avaliação de desempenho, o treinamento e especialização dos funcionários.

Diretriz 2: Implementar Plano Assistencial.

Meta 1: Implementar, até 2015, o plano de saúde para funcionários.

Diretriz 3: Implementar a Assessoria de Captação de Recursos.

Meta 1: Implementar, até 2012, a Assessoria de Captação de Recursos Financeiros, para executar as principais formas selecionadas para sustentabilidade financeira do IDSM, previstas no plano de negócios.

Diretriz 4: Formar, capacitar e treinar recursos humanos para o sistema de ciência e tecnologia nacional com ênfase na conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Meta 1: Estabelecer, até 2015, um programa de pós-graduação em conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável em parceria com instituições de ensino superior regionais.

Diretriz 5: Atuar como laboratório nacional, atraindo pesquisadores de todo o Brasil e contribuindo com a formação destes pesquisadores em campo, servindo de base de apoio e orientação em suas pesquisas.

Meta 1: Dar continuidade e consolidar o Fundo para Expansão do Programa de Pesquisas do Instituto Mamirauá-FEPIM.

Recursos Financeiros

Diretriz 1: Ampliação e diversificação das fontes de recursos e receitas próprias, visando a sustentabilidade financeira do IDSM

Meta 1: Aumentar, a partir de 2011, o poder de captação de recursos financeiros do IDSM.

Meta 2: Alcançar as metas e indicadores do Contrato de Gestão associado à maior inserção política no MCT, visando ampliar e consolidar o orçamento daquele contrato.

Gestão Organizacional

Diretriz 1: Elaboração do planejamento estratégico das coordenações do IDSM.

Meta 1: Iniciar, em 2011, processo de planejamento estratégico das coordenações do IDSM com base no Plano Diretor Institucional

Meta 2: Elaborar, a partir de 2011, planos de trabalho táticos e operacionais com base no planejamento estratégico da instituição.

Diretriz 2: Elaboração e disseminação de planos de operação, normas e procedimentos do IDSM.

Meta 1: Sistematizar, registrar e disponibilizar, a partir de 2010 para seus membros os procedimentos operacionais das diversas coordenações.

Diretriz 3: Desenvolver estudos e análises prospectivas sistemáticas para definição de vulnerabilidades e oportunidades, ajustes e realinhamentos em áreas críticas da programação de P&D da Unidade.

Meta 1: Desenvolver, regularmente, análises prospectivas para atualização e ajustes do plano diretor com o intuito de dinamizar as respostas institucionais às mudanças nos ambientes externo e interno.

Diretriz 4: Promover a integração entre programas e coordenações da unidade.

Meta 1: Realizar, a partir de 2010, avaliação e planejamento integrados das diretorias e coordenadorias.

Diretriz 5: Criar novas alianças estratégicas e fortalecer as existentes com o estado do Amazonas e implementar representação do IDSM em Manaus

Meta 1: Rever, até 2015, e revisar anualmente, as atuais alianças estratégicas, e atuar conjuntamente com parceiros estaduais, na capacitação e difusão de conhecimentos sobre o manejo de recursos naturais, a partir da criação de uma estrutura de apoio em Manaus.

Diretrizes estratégicas de infraestrutura

Diretriz 1: Ampliar e modernizar a infraestrutura do IDSM e implementar sistemas de gestão e manutenção apropriados.

Meta 1: Dar continuidade, até 2015, à construção da sede do IDSM priorizando a construção dos prédios de laboratórios e auditório.

Meta 2: Investir, até 2015, na expansão e melhoria de laboratórios e outras edificações de apoio à pesquisa nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Meta 3: Implementar e concluir, até 2012, a estrutura de comunicação das Reservas com o IDSM em sua sede.

Diretriz 2: Implementar novas formas de gestão e manutenção das estruturas físicas

Meta 1: Avaliar, ajustar e implementar, a partir de 2012, o sistema de gestão da infraestrutura para viabilizar a modernização e racionalização de laboratórios, equipamentos e flutuantes, de modo a atender às necessidades atuais e futuras dos Programas de Pesquisa, Monitoramento e Manejo de recursos naturais.

Diretriz 3: Implementar estruturas de gestão na área subsidiária da RDSM através de parcerias com o governo estadual

Meta 1: Manter, a partir de 2012, uma equipe mínima de pessoal associado aos escritórios de apoio.

PROJETOS ESTRUTURANTES

Projeto Estruturante 1

IMPLEMENTAÇÃO DA ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Ligada à Diretoria Administrativa

Linhas de ação:

1) *Fundraising*

Meta:

a) Implantar, até o final de 2015, a Assessoria de Captação de Recursos.

Projeto Estruturante 2

IMPLEMENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FONTE BOA

Linhas de ação:

- 1) Construção de relação cooperativa formal entre o IDSM e o IDS-Fonte Boa até 2015.
- 2) Instalação de uma representação física naquele município.

Metas:

- a) Manter negociações visando colaboração interinstitucional.
- b) Instalar, até o final de 2012, escritório em Fonte Boa ou região.

Projeto Estruturante 3

CRIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO IDSM EM MANAUS

Linhas de ação:

- 1) Representação do IDSM junto às instituições estaduais.
- 2) Apoio às ações do IDSM em Manaus.

Meta:

Criar, até o fim de 2015, escritório de representação do IDSM em Manaus.

Projeto Estruturante 4

CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DA VÁRZEA AMAZÔNICA - LNVA

Linhas de Ação:

- 1) Apoio à criação de projetos de pesquisa sobre principais recursos naturais ao longo da calha do Solimões-Amazonas
- 2) Implementação de experiências-piloto de manejo de recursos naturais ao longo da calha do Solimões-Amazon
- 3) Integração de ações junto a institutos de pesquisa e universidades no programa de pós-graduação multiinstitucional
- 4) Promoção das formas de gestão participativa de Unidades de Conservação ao longo da calha do Solimões-Amazonas

Metas:

- a) Até 2011 realizar workshops de planejamento das atividades.
- b) Até 2012 submeter propostas ao MCT.
- c) Até 2013 iniciar implementação do LNVA.

CONCLUSÕES

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, desde sua criação, empenha-se em desenvolver estratégias de conservação, processos, produtos e tecnologias de manejo de recursos naturais para as populações das Reservas Mamirauá e Amanã, especialmente ligadas a práticas que incentivam ou fomentam o uso adequado dos ambientes de várzea, as florestas alagadas por água branca na Amazônia Brasileira, e seus recursos naturais. Estas práticas, fundamentadas nos princípios de desenvolvimento sustentável, vêm sendo também demandadas por outras instituições e comunidades na Amazônia. A instituição se vê, na sua atual fase de maturação, a necessidade de sistematizar os conhecimentos gerados até o momento e disseminar suas boas práticas e experiências, gerando condições para uma replicação necessária que poderá auxiliar a consolidação de sua missão institucional. Ademais, nota-se a necessidade imperativa de provimento dos meios de geração desses conhecimentos a partir desse ponto. Consolidando-os, incrementando-os, aperfeiçoando-os.

Nessa nova fase da vida institucional, portanto, o Instituto buscará uma maior abrangência, atingindo um público mais amplo e distribuído. O IDSM fortalecerá sua política de publicação científica, aprofundará suas instâncias de comunicação, ampliará sua ação de capacitação e aperfeiçoará a difusão dos conhecimentos gerados ou adaptados. O IDSM atuará fortemente no sentido de influenciar a formulação de legislação e de políticas públicas ambientais mais adequadas à realidade Amazônica. E o IDSM buscará multiplicar suas boas práticas de manejo e conservação das florestas alagadas da Amazônia Central.

Tal como mencionado anteriormente, para viabilizar a realização desses novos objetivos, será necessário ampliar o quadro de pessoal e a infraestrutura de pesquisa hoje existentes na instituição. Para tal, o continuado apoio do MCT é fundamental para que o IDSM possa preencher essa grande lacuna na região Amazônica, e possa apresentar solução, pela via científica, para os grandes problemas, dilemas e desafios que se colocam perante a Amazônia, e em especial à sua porção sazonalmente alagável.

REFERÊNCIAS CITADAS

ALBUQUERQUE, E. M. Infra-estrutura de informações e sistema nacional de inovação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Anais**. 1998

ALBUQUERQUE, E. M. 1996. Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 3, p. 56-72, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **(Relatório Brundtland) Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

GRUPO Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos Índices de Desmatamento da Amazônia Legal (GPTIRIDAL). 2004. Relatório não publicado.

IBGE. **Censo Demográfico: Brasil, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

INPE. 2010. **Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélites**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>. Acessado em: out./2010.

IPCC. **Contribution of working group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary of policy makers**. New York: IPCC/UN, 2007. 18p.

MCT. Comissão Tundisi. Ciência e Tecnologia para a Amazônia: avaliação da capacidade instalada de pesquisa. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 321-325, 2001.

RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

SUDAM ; PNUD. **Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia legal: tendências demográficas recentes da região amazônica.** Cooperação Técnica. Belém: SUDAM/IPEA, 2001.

WEIGEL, P. O Papel da Ciência no Futuro da Amazônia: uma questão de estratégia. **Parcerias Estratégicas, n. 12,** 2001.

VICÁRIA, L. A falsa boa notícia na Amazônia. **Revista Época,** Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI51488-16270,00-A+FALSA+BOA+NOTICIA+NA+AMAZONIA.html>. Acessado em: outubro de 2010.

ANEXOS

ANEXO I

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivo Estratégico	NOE	Objetivos Estratégicos IDSM	NM	Descrição da Meta	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Objetivo Estratégico I: Objetivos estratégicos Nacionais												
Subeixo 1: Amazônia	1	1.Desenvolver pesquisas básicas, aplicadas ou tecnológicas sobre o uso sustentável dos recursos naturais e gestão ambiental.	1	1.1. Elaborar e executar uma agenda científica anualmente, em concordância com a visão estratégica de desenvolvimento de pesquisa.	Agenda de pesquisa	1	1	1	1	1	1	6
			2	1.2. Ampliar em 50%, nos próximos 3 anos, o quadro de pesquisadores com pós-graduação.	Pesquisadores pós-graduados	3	4	4	5	4	3	23
			3	1.3. Implantar até 2015 1 curso de mestrado em associação com a UEA nas áreas de biologia da conservação e desenvolvimento social e sustentabilidade.	Curso Implementado	0	0	0	0	0	1	1
	2	2.Expandir os programas de manejo e bases de apoio.	4	2.1. Expandir os programas de manejo para 1 comunidade em cada setor da área subsidiária de Mamirauá e para toda a área focal de Amanã.	Programas de manejo Implementado	1	2	2	2	1	0	8
			5	2.2. Expandir o número de base de campo nas proximidades da cidade de Fonte Boa e Maraã	Base de campo instalada	0	0	1	1	0	0	2
Objetivo Estratégico II: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimnto Social	3	3.Estabelecer parcerias institucionais com uso de tecnologia de ponta para bioprospecção e análises preditivas	6	3.1. Implementar até 2012 duas parcerias para bioprospecção.	Parceria realizada	0	1	1	0	0	0	2
			7	4.1. Implementar o serviço de informação de dinâmica hidrológica	Serviço de informação implantado	0	1	0	0	0	0	1
	5	5.Integrar os sub-sistemas de monitoramento da biodiversidade	8	5.1. Criar 1 linha de ação de gestão da informação na coord. de monitoramento	Linha de ação criada	0	1	0	0	0	0	1
			9	5.2. Formar e capacitar até 2015, dois técnicos em gestão da informação	Técnicos formados	0	0	0	1	1	0	2
			10	5.3. Criar até 2012 acesso compartilhado, aos bancos de dados e de espacialização, com a coord. de informática	Bancos de dados com acesso compartilhado	0	0	1	0	0	0	1
Subeixo 1: Tecnologias Apropriadas/ Tecnologias Sociais	6	1.Disseminar estratégias e tecnologias de conservação da biodiversidade e inclusão social	11	1.1. Realizar dois cursos por ano	Cursos realizados	0	2	2	2	2	2	10
			7	2.Desenvolver, adaptar e consolidar as ações de elaboração e implementação de mecanismos de desenvolvimento limpo	12	2.1. Disseminar até 2015 modelos de uso do solo para potencializar a captura de carbono	Modelos disseminados	0	1	1	1	1
	13	2.2. Implantar até 2015 1 sistema de uso de energia renovável em uma comunidade por ano			Sistemas implantados	1	1	1	1	1	1	6
Difusão e Popularização da Ciência	8	1.Promover produção do conhecimento subsidiário ao desenvolvimento sustentável local	14	1.1. Estabelecer parcerias até 2015 com instituições locais e regionais para implementação de políticas públicas e melhoria da condição de vida local	Parcerias estabelecidas	1	1	1	1	1	1	6
			15	1.2. Criar um fórum para cooperar com órgãos de gestão de territórios indígenas sobrepostos às reservas	Fórum criado	0	0	0	0	0	1	1
			16	1.3. Criação de grupo de trabalho para promoção do desenvolvimento regional	Grupo de trabalho criado	0	0	0	1	0	0	1
			17	1.4. Promover atuação de pesquisadores e técnicos do IDSM nos conselhos criados pelo poder público	Pesquisadores ou técnicos atuando	1	1	1	1	1	1	6
	9	2. Promover disseminação e difusão do conhecimento subsidiário ao desenvolvimento sustentável local	18	2.1. Aumentar até 2015 a atuação do IDSM para outras áreas	Atuação expandida	0	1	1	1	1	1	5
			19	2.2. Promover até 2012 seis eventos locais ao ano de educação para ciência e técnico científicos.	Eventos realizados	6	6	6	6	6	6	36
	10	3. Expandir as ações de educação Ambiental	20	3.1. Expandir até 2015, ações de Educação Ambiental para outras áreas das RDS Mamirauá e Amanã	Ações de Educação Ambiental expandidas	4	4	4	4	4	0	20
21			3.2. Capacitar professores das 50 escolas rurais das reservas em Educação Ambiental	Professores capacitados	0	10	10	10	10	10	50	
22			3.3. Produzir kits de material educativo com base no manejo sustentado dos recursos para uso nas escolas urbanas do entorno e rurais das reservas	Material educativo produzido	0	1	1	1	1	1	5	

ANEXO II
DIRETRIZES DE AÇÃO

Plano Diretor 2010-2015

DIRETRIZES DE AÇÃO	ND	DIRETRIZES	NM	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
I. Diretrizes Operacionais:												
Pesquisa e Desenvolvimento	1	Fortalecer grupos de pesquisas do IDSM	1	Expandir até 2015, o nº de instituições de ensino e pesquisa associadas aos grupos de pesquisa do IDSM	Novas instituições associadas	0	0	0	0	0	1	1
	2	Ampliar produção científica institucional	2	Criar até 2015 laboratório de histologia e histoquímica, qualidade da água e de medicina da conservação	Novos laboratórios implantados	0	2	1	0	0	0	3
			3	Integrar, até 2015, programas de monitoramento do IDSM com divulgação dos dados no sítio do IDSM	Programas divulgados	0	0	0	0	0	1	1
			4	Automatizar até 2012 os acervos científicos e didáticos do IDSM	Acervos automatizados	0	0	1	0	0	0	1
			5	Aumentar, até 2013, a abrangência de indexação da Revista Uakari	Revista indexada	0	0	0	1	0	0	1
			6	Realizar 6 eventos científicos ao ano	Eventos realizados	6	6	6	6	6	6	36
			7	Empossar, em 2011, o Conselho Editorial	Conselho empossado	0	1	0	0	0	0	1
			8	Realizar, a partir de 2011, reunião anual do CTC	Reunião realizada	0	1	1	1	1	1	5
			9	Produzir, a partir de 2011, kits de material didático e técnico-científico sobre o manejo de recursos naturais	Material didático produzido	0	1	1	1	1	1	5
			10	Incrementar em 25% publicações dos membros do IDSM em periódicos indexados	Publicações indexadas realizadas	0	5	5	5	5	5	25

Plano Diretor 2010-2015

DIRETRIZES DE AÇÃO	ND	DIRETRIZES	NM	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
II. Diretrizes Administrativo-Financeiras:												
Recursos Humanos	3	Aperfeiçoar política de Gestão de Pessoal	11	Aperfeiçoar, até 2015, uma política de gestão de pessoal visando desempenho e especialização dos funcionários	Política de pessoal implementada	0	0	0	0	0	1	1
	4	Implementar Plano Assistencial	12	Implementar, até 2015, plano de saúde para funcionários	Plano de Saúde implementado	0	0	0	0	0	1	1
	5	Implementar a Assessoria de Captação de Recursos	13	Implementar, até 2012, a Assessoria de captação de recursos financeiros prevista no Plano de Negócios do IDSM	Assessoria de Captação de Recursos implementada	0	0	1	0	0	0	1
	6	Formar, capacitar e treinar recursos humanos para o sistema de C & T nacional com ênfase na conservação e uso sustentável dos recursos naturais	14	Criar, até 2015, um programa de pós-graduação em conservação em parceria com instituições regionais	Programa de Pós-Graduação criado	0	0	0	0	0	1	1
	7	Atuar como Laboratório Nacional	15	Consolidar o FEPIM	Fundo de Pesquisas reativado	0	1	1	1	1	1	5
Recursos Financeiros	8	Ampliar fontes de recursos e receitas próprias	16	Aumentar, a partir de 2011, a captação de recursos financeiros	Recursos aumentados	0	1	0	0	0	0	1

Plano Diretor 2010-2015

DIRETRIZES DE AÇÃO	ND	DIRETRIZES	NM	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
			17	Alcançar anualmente metas e indicadores do Contrato de Gestão para ampliar e consolidar o orçamento do contrato	Orçamento ampliado	1	1	1	1	1	1	6
Gestão Organizacional	9	Elaborar planejamento estratégico das coordenações do IDSM	18	Iniciar, em 2011, planejamento estratégico das coordenações com base no PDU	Processo de planejamento iniciado	0	1	0	0	0	0	1
	10	Elaborar e disseminar planos de operação, normas e procedimentos do IDSM	19	Disponibilizar, a partir de 2010, para os funcionários os procedimentos operacionais das coordenações	Procedimentos operacionais disponibilizados	1	0	0	0	0	0	1
	11	Desenvolver estudos e análises para definir oportunidades em áreas críticas da programação de P & D da Unidade	20	Atualizar o PDU em respostas aos ambientes externo e interno	PDU atualizado	1	0	0	0	0	1	2
	12	Promover a integração entre programas e coordenações da unidade	21	Realizar, a partir de 2010, avaliação das diretorias e coordenadorias	Avaliação executada	1	1	1	1	1	1	6

Plano Diretor 2010-2015

DIRETRIZES DE AÇÃO	ND	DIRETRIZES	NM	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
	13	Criar novas alianças com o estado do Amazonas e implementar a representação do IDSM em Manaus	22	Criar, até 2015, representação do IDSM em Manaus	Escritório implantado	0	0	0	0	0	1	1
Infraestrutura	14	Ampliar a infraestrutura do IDSM e implementar sistemas de gestão e manutenção apropriados	23	Até 2015 construir na sede do IDSM prédio de laboratórios e auditório	Prédios construídos	0	0	0	0	0	2	2
			24	Até 2015, expandir laboratórios e bases de apoio à pesquisa nas Reservas Mamirauá e Amanã	Laboratórios e Bases implementadas	0	0	1	1	0	0	2
			25	Concluir, até 2012, o sistema de comunicação das Reservas com a sede do IDSM	Sistema de Comunicação implantado	0	0	1	0	0	0	1
	15	Implementar novas formas de gestão e manutenção das estruturas físicas	26	A partir de 2012, ajustar o sistema de gestão de infraestrutura dos laboratórios e flutuantes	Sistema de Gestão aperfeiçoado	0	0	1	0	0	0	1
	16	Implementar estruturas de gestão na área subsidiária da RDSM através de parcerias com o Governo Federal	27	Manter, a partir de 2012, equipe de pessoal associado aos escritórios de Maraã e Fonte Boa	Escritórios com lotação de pessoal	0	0	1	0	0	0	1

ANEXO III
PROJETOS ESTRUTURANTES

Plano Diretor 2010-2015

PROJETO ESTRUTURANTE	NM	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
1. Implantar Assessoria de Captação de Recursos	1	Implantar, até 2015, a Assessoria de Captação de Recursos	Assessoria	0	0	0	0	0	1	1
2. Implantar Representação no município de Fonte Boa	2	Construir até 2012 uma relação cooperativa formal entre o IDSM e o IDS-Fonte Boa	Termo de Cooperação	0	0	1	0	0	0	1
	3	Instalar, até 2012, escritório de representação em Fonte Boa	Escritório	0	0	1	0	0	0	1
3. Implantar escritório de representação do IDSM em Manaus	4	Criar, até 2015, escritório em Manaus	Escritório	0	0	0	0	0	1	1
4. Criar Laboratório Nacional da Várzea Amazônica - LNVA	5	Até 2011 realizar workshops de planejamento das atividades do LNVA	Workshops realizados	0	1	1	0	0	0	2
	6	Submeter proposta de criação do LNVA ao MCT até 2012	Proposta submetida	0	0	1	0	0	0	1
	7	Até 2013 implementar as primeiras ações do LNVA	LNVA em funcionamento	0	0	0	1	0	0	1